

IMPACTOS E PERIGOS DAS REVISTAS PREDATÓRIAS NA COMUNIDADE CIENTÍFICA

Matheus de Souza Silva¹

Lídia Nascimento Gusmão de Abreu²

RESUMO:

Como as revistas predatórias impactam na ciência? O presente estudo considera essa questão de pesquisa para analisar como as revistas predatórias afetam a integridade científica. Por meio de uma pesquisa bibliográfica com análise documental e de dados, são inicialmente discutidas as bases éticas da pesquisa e suas premissas valorativas. Situando a importância de uma reflexão crítica em torno de condutas com desonestidade acadêmicas, há uma análise em torno dos elementos que caracterizam as revistas predatórias. O itinerário desenvolvido culmina em uma investigação em torno dos efeitos e consequências dessas práticas para a ciência e a sociedade. A investigação realizada trouxe luz à necessidade de fortalecer os padrões éticos na comunidade científica, especificamente para proteger tanto a ciência quanto a sociedade dos impactos negativos da prática predatória, como a disseminação de desinformação, a deterioração ética e o desprestígio da academia. O combate a essa conduta precisa ser embasado por uma perspectiva distinta da ideia de *publish or perish* e de vale tudo por publicação, de modo a entender a responsabilidade e a importância de um campo científico íntegro.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas predatórias; Ética; Ciência.

ABSTRACT:

How do predatory journals impact on science? This study considers this research question to analyze how predatory journals affect scientific integrity. By means of a bibliographical survey with documentary and data analysis, the ethical foundations of research and its evaluative premises are initially discussed. The importance of a critical reflection on academic dishonesty is highlighted, followed by an analysis of the elements that characterize predatory journals. The itinerary developed culminates in an investigation into the effects and consequences of these practices for science and society. The investigation has shed light on the need to strengthen ethical standards in the scientific community, specifically to protect

¹Mestrando em Direito. Universidade Federal de Sergipe – Programa de pós-graduação em Direito. matheusdsouzas@academico.ufs.br

²Mestranda em Direito. Universidade Federal de Sergipe – Programa de pós-graduação em Direito. lidia.abreu@academico.ufs.br

both science and society from the negative impacts of predatory practices, such as the spread of misinformation, ethical deterioration and the discrediting of academia. The fight against this conduct needs to be based on a perspective that is distinct from the idea of publishing or perish and anything goes for publication, in order to understand the responsibility and importance of a scientific field with integrity.

KEYWORDS: Predatory publish; Ethics; Science.

1. INTRODUÇÃO

As atividades acadêmicas vão além da mera publicação de artigos, elas envolvem um conjunto de ações pelas quais mestrandos(as), doutorandos(as) e pesquisadores(as) devem se orientar ao conduzir suas pesquisas. Assim, essas atividades incluem não apenas a produção científica, mas também o comportamento moral e a escolha cuidadosa dos meios de divulgação de pesquisas científicas realizadas de forma íntegra e atenta à postura ética.

A presente pesquisa passa, inicialmente, por uma reflexão crítica em torno dessas questões éticas e, principalmente, nos valores que estruturaram e ainda têm guiado as atividades científicas até a contemporaneidade. A análise desses aspectos justifica a relevância de discutir mecanismos que evitem a permanência de condutas opostas ao esperado de um campo de pesquisa íntegro, afetando suas responsabilidades.

Entre as problemáticas identificadas nesses atos que envolvem desonestidade acadêmica está a publicação de artigos em revistas conhecidas como predatórias. Trata-se de periódicos com rigor científico questionável, que principalmente cobram taxas para lucrar e não de propagar conhecimento científico. Com isso, esta pesquisa perpassa características e elementos para ser possível identificar tais práticas, sendo fundamental essa definição para o enfrentamento da conduta.

O delineamento desenvolvido, por fim, analisa os efeitos e consequências dessas práticas para a ciência. Sendo assim, a questão central da pesquisa é: como as revistas predatórias impactam a ciência? A metodologia utilizada compõe-se de uma pesquisa bibliográfica combinada com um viés empírico de análise documental e de dados.

O propósito geral deste artigo, portanto, é analisar o impacto de práticas desonestas dentro da academia. A hipótese inicial considera que as publicações de artigos nesse meio podem comprometer a integridade do processo científico ao priorizar interesses lucrativos

em detrimento da missão primordial da pesquisa: a disseminação de conhecimento para promover o avanço e desenvolvimento científico.

2. PREMISSAS ÉTICAS NA PESQUISA CIENTÍFICA

Tendo em vista a finalidade de um olhar crítico perante as práticas predatórias em periódicos, inicialmente, torna-se indispensável vislumbrar sob quais premissas éticas têm se fixado as experiências científicas contemporâneas. Diante disso, um exercício a ser realizado pela academia consiste em identificar os valores que formaram e moldaram o que existe de perspectiva dominante dentro da lógica acadêmica tradicional.

Para além de estar atento aos efeitos dos resultados buscados durante o processo de análise dos objetos, o campo científico deve considerar ser relevante o zelo pelas boas práticas no desenvolvimento e publicação das pesquisas. O fim da ciência não deve ser um fim em si que se refletiria em um simples processo de racionalização do saber (Rocha; Ávila, 2024), sistematizado por um método no qual se desenvolvem e, posteriormente, divulgam novas perspectivas de conhecimento (Rodrigues; Grubba, 2023).

O fazer científico, nessa perspectiva, deve abranger também a sua responsabilidade perante as conclusões produzidas, tanto na seara social quanto na própria esfera epistemológica, incluindo o dever de questionar e reconsiderar o que foi concluído na pesquisa (Rocha; Ávila, 2024). Sendo assim, para uma análise de políticas editoriais confiáveis e avessas à produção predatória, é importante observar quais têm sido as premissas éticas imperativas dentro das epistemologias e da prática acadêmica, visando romper com contextos de desonestidade na pesquisa.

Ao adentrar nessa discussão, é importante considerar que a compreensão do que é atribuído como caráter científico deriva de estruturas estabelecidas por um sistema de poder hegemônico, que moldou os valores acadêmicos. A caracterização dominante da cientificidade, baseada em um protocolo que segue formas e normatizações determinadas, representa uma visão restrita e reduzida que se afasta da realidade (Rodrigues; Grubba, 2023). Essa visão pode ser comparada a uma “[...] pseudociência gerando ou divulgando um pseudoconhecimento” (Rodrigues; Grubba, 2023, *online*).

Nesse sentido, em meio ao delinear histórico da humanidade, foram produzidas hierarquias científicas especialmente sob uma discursividade excludente que, inclusive, desqualificou saberes locais (Foucault, 2010) e princípios morais específicos, como as noções coletivas oriunda dos povos originários. Portanto, o modo de produzir ciência tocante

a contemporaneidade provém de um padrão histórico de poder no qual existe um conjunto de relações sociais caracterizadas pela exploração ou pelo controle em diversos campos, incluindo a subjetividade e o conhecimento (Quijano, 2019).

A relação construída pela ciência tradicional no que tange sujeito-objeto resultou da concepção eurocêntrica de produção de conhecimento e da verdade (Quijano, 2019). Sob essa conjuntura, o rigor formulado reporta a uma concepção mais próxima da perspectiva liberal. O pesquisador, conseqüentemente, ao estar subordinado a essa lógica, tem suas atividades guiadas por uma premissa individualista concorrencial.

Logo, o mérito se destaca enquanto o aspecto central das relações sociais, de modo estar situado como valor e pressuposto (Biroli, 2018) das ações éticas. Dentro desse contexto, quando a moral social passa a associar a ideia de justiça à meritocracia (Supiot, 2005), com base na premissa de que todos os indivíduos são iguais, há uma naturalização e incentivo à competição, o que se acentuou dentro do modelo neoliberal.

Esse fenômeno social de uma crescente individualização reflete-se até mesmo na escrita, uma vez que a negação da interdependência entre os indivíduos leva a uma ideia de ignorância pluralista, na qual ocorre uma privatização da atividade de pesquisar (Becker, 2015). A transição de uma visão em que a sociedade é vista como uma união coletiva para uma perspectiva em que é encarada como um conjunto de indivíduos isolados afeta as ideias de cooperação mútua e aumenta o individualismo.

Essa crescente individualização, que se manifesta em diversos aspectos da sociedade contemporânea, também influencia a atividade acadêmica, incluindo a escrita e a pesquisa científica. Nesse contexto, o trabalho científico do pesquisador passa a ser conduzido pela pressão de produzir em abundância, mesmo que isso ignore a necessidade de um senso crítico enquanto premissa moral e inclua atos de desonestidade acadêmica. Além disso, a competição entre os pesquisadores para alcançar uma maior produtividade muitas vezes contribui para essa pressão, levando à adoção de práticas que priorizam a quantidade em detrimento da qualidade e da integridade acadêmica.

Em um caso específico, a citar como exemplo, o pesquisador produziu mais de 219 artigos em 4 anos, porém acabou sendo alvo de mais de 20 retratações (Pesquisa, 2024). Ocorre que a retratação, que envolve a remoção da publicação do meio em que foi veiculada, embaça a importância da produção científica e seus impactos positivos na sociedade (Pesquisa, 2024).

A ilustração desse caso situa a necessidade de existir uma preocupação com a qualidade da produção acadêmica que está contraposta a pressão para publicar ou *publish or perish* - a cultura, na tradução livre, do publicar ou perecer (Van Dalen; Henkens, 2012). O produtivismo acadêmico levanta até mesmo debates sobre os efeitos da saúde mental em docentes e pesquisadores (Leite, 2017) submetidos à ideia meritocrática de que a quantidade de artigos publicados é um indicador de sucesso acadêmico, em detrimento da valorização do rigor científico e do mérito intrínseco da pesquisa para sua publicação.

Nesse contexto, a prioridade é dada à produção em grande escala, desconsiderando-se o processo de publicização de uma pesquisa, o respeito ao rigor científico e a validade ética como critérios fundamentais para a divulgação de um trabalho acadêmico. Em outras palavras, o verdadeiro mérito científico do pesquisador, que envolve uma pesquisa diligente, rigorosa e ética, é negligenciado.

A legitimação de práticas desonestas para justificar a pressão para publicar eleva a importância de discutir a existência de más condutas na academia, especialmente no âmbito das revistas e editoras que veiculam as pesquisas. Observando que o sistema educacional brasileiro, em especial o ensino superior, vem passando por mudanças devido à evolução dos meios de comunicação, que se tornaram mais eficazes e tecnologicamente avançados, adiciona complexidade ao desafio de manter comportamentos éticos no ambiente acadêmico (Sousa *et al.*, 2016).

O ponto crucial reside em mitigar ou impedir que os efeitos e os danos que estas práticas provocam não só ao ambiente acadêmico, mas também à sociedade, refletindo diretamente nos padrões éticos dos profissionais, pesquisadores e os impactos de seus trabalhos - tendo em vista a responsabilidade do campo científico perante a população em geral.

Nesse contexto, emerge a problemática das revistas predatórias, objeto desta pesquisa, como uma conduta a ser considerada prejudicial e desonesta. O aumento da utilização desses periódicos é, na maioria, resultado da cobrança por publicações contínuas, mesmo que isso possa comprometer e enfraquecer pressupostos valorativos da ciência.

Considerar essa discussão em torno dos pretextos filosóficos, éticos e morais que embasam a ciência dominante é essencial para identificar a estrutura sobre qual a prática predatória de periódicos e editoras tem sido sustentada. Para promover uma governança na qualidade da publicação científica, é preciso construir e desenvolver formulações teóricas

que situem e caracterizem essa conduta antiética, observando os danos causados à comunidade acadêmica e à sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE PERIÓDICOS PREDATÓRIOS

À medida que a estrutura da academia tem privilegiado a meritocracia, enquanto premissa moral ditando o “publicar ou perecer”, a proposição de discussões para romper com práticas desonestas, como a de publicação em revista predatória, revela-se de notória relevância. Considerando isso, apesar de existir certa dificuldade (Andrade *et. al.*, 2023), a definição clara dessa prática é vantajosa e necessária para identificar quando se está diante de uma revista predatória.

Partimos de uma compreensão inicial de que esses periódicos seriam aqueles que

“[...] dão prioridade aos seus próprios interesses em detrimento dos estudos, e, também, são caracterizadas por informações falsas ou enganosas, além de ter desvio das melhores práticas editoriais e de publicação, falta de transparência, e/ou o uso de práticas de solicitação agressivas com solicitação agressivas e indiscriminadas” (Grudniewicz *et. al.*, 2019, p. 2, tradução nossa).

Importante mencionar que a formulação inicial da expressão “revista predatória” surgiu em 2010, quando um bibliotecário apresentou nos Estados Unidos uma lista de revistas que apresentavam condutas questionáveis e antiéticas (Beall, 2013). Dentro da literatura existem outras nomenclaturas (Guimarães; Hayashi, 2023) que também denominam e rotulam aqueles periódicos como não indicados para publicação, devido ao impacto negativo na integridade e moralidade científica.

Para determinar se uma revista é predatória ou não, é necessário observar alguns elementos específicos. Destaca-se, como uma primeira característica, que nesses periódicos há uma falsa ideia de rigor no processo de avaliação das submissões. Considerando esse aspecto, nota-se que essas revistas agem de uma maneira desonesta ao publicar artigos nos quais houve negligência no processo de revisão por pares ou quando é realizada apenas uma revisão superficial, o que acelera o prazo entre a submissão e a publicação de um artigo científico.

Em um mapeamento realizado em revistas predatórias com publicações de acadêmicos brasileiros, o tempo médio de processamento é notoriamente reduzido em comparação com outras que não apresentam a prática discutida neste estudo (Andrade *et. al.*, 2023), conforme demonstrado em tabela:

Tabela 1. Análise de revistas com práticas predatórias

Revista	Fq. envio	APC (BRL ³)	Tempo de processamento ⁴
Brazilian Journal of Development	470	490,00	30 dias
Revista FOCO	355	480,00	30 dias
Observatorio de La Economía Latinoamericana	319	685,00	10 dias
Revista Caribeña de Ciencias Sociales	292	700,00	30 dias
Revista Contemporânea	285	575,00	10 dias
Contribuciones a Las Ciencias Sociales	271	650,00	30 dias
International Seven Journal of Multidisciplinary (ISJM)	130	300,00	55 dias
International Journal of Scientific Management and Tourism	77	750,00	- ⁵
Revista de Gestão e Secretariado (GeSeC)	72	790,00	30 dias
Brazilian Journal of Business	66	450,00	30 dias
Total	2.342	-	-

Fonte: Andrade *et. al.*, 2023

O prazo modal de 30 dias indica uma discrepância da realidade acadêmica, em que o processamento é geralmente lento e gradual. Essa morosidade decorre da rigidez científica esperada no longo processo pelo qual um artigo científico passa até ser publicado em um veículo com credibilidade (Almeida, 2023, *online*):

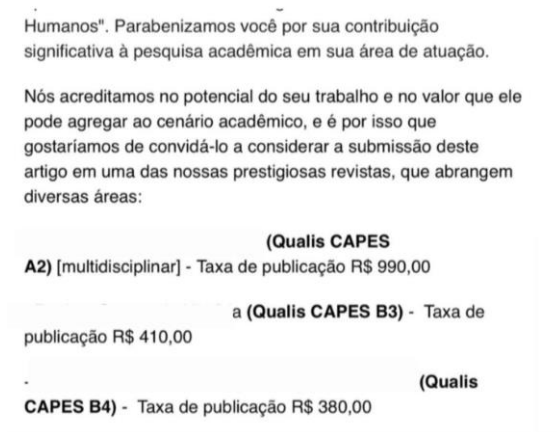
Até chegar às páginas dos periódicos, as especificações a serem cumpridas são variadas e já começam antes mesmo de submeter a produção – antes de tudo é preciso adequar o trabalho às diretrizes de formatação e informar dados tanto sobre o estudo quanto sobre o próprio pesquisador. Após o envio, o artigo passa por uma minuciosa análise pela banca revisora da revista, formada por outros cientistas e especialistas, que, por sua vez, realizam comentários e verificam os resultados propostos. Eles ficam responsáveis por avaliar a excelência da pesquisa, analisando tanto a metodologia quanto às conclusões alcançadas – e é aqui que o trabalho pode ser recusado ou aceito. Caso seja qualificado, o artigo então é verificado pelos editores, que também fazem notas e sugestões. Apenas depois de múltiplas etapas de observação e apuração é que a produção científica pode ser incluída no periódico.

Nesse sentido, o tempo entre a revisão por pares, que requer um prazo para que os avaliadores formulem seus pareceres, e o processamento pelos editores pode chegar a intervalo de mais de 200 dias (Job *et. al.*, 2014) - embora existam situações com maior rapidez. Como resultado da falta de rigor científico (Almeida, 2023) nessas publicações, o objetivo fundamental de uma pesquisa acadêmica, qual seja, a disseminação do conhecimento analisado, aprimorado e verificado, é comprometido.

As revistas científicas predatórias, deste modo, contornam os processos naturais e tradicionais de comunicação científica do Movimento de Acesso Aberto³ em busca de um retorno financeiro. Seguindo essa perspectiva, burlam o sistema de revisão por pares e outros requisitos do rigor acadêmico, preferindo a monetização rápida por meio de taxas de publicação pagas pelos autores (Carvalho, 2023). Ao negligenciar esse processo, as revistas predatórias passam a “representar um grave risco não só para a trajetória dos acadêmicos, mas também para a comunidade científica e a sociedade como um todo” (Almeida, 2023, *online*).

Outro elemento a ser destacado refere-se ao assédio para publicar, no qual ocorre uma utilização inadequada de dados de autores, como e-mails e nomes, com o envio de convites insistentes, o que pode até mesmo suscitar questionamentos sobre violação de privacidade. O incômodo gerado possibilita identificar como uma forma de má conduta científica. Os e-mails podem apresentar modelos variados, mas sempre com ênfase na taxa cobrada em troca do trabalho, como pode ser vista nas figuras abaixo.

Figura 1. E-mail oferecendo publicação predatória



Fonte: de autoria própria.

Figura 2. E-mail oferecendo publicação predatória

³“A literatura de acesso aberto é eletrônica, online, gratuita para qualquer leitor e livre da maioria das restrições de direitos autorais e licenciamento. Os usuários da Internet podem livremente ler, baixar, copiar, distribuir e imprimir literatura sem restrições” (Bowman, 2014, p. 01, tradução nossa).

O mesmo foi selecionado pela nossa equipe de avaliadores para ser publicado em nossa revista. Sendo assim, em nome da Editora , queremos convidá-los a publicar seu trabalho na

, site: www. .com.

Nossa revista possui DOI individual e por se tratar de um periódico eletrônico, seu trabalho ficará disponível por tempo indeterminado em nossa plataforma. Somos avaliados com **Qualis Capes 2017-2020: B1**, e estamos indexados em diversas bases de dados, como Latindex, Sumários e Google Scholar.

Caso tenha interesse em publicar conosco, responda este e-mail informando do seu aceite. Na sequência nossa equipe editorial informará sobre os próximos passos, que envolvem a diagramação (realizada por nossa equipe), publicação, registro de DOI e registro nas bases de dados.

A não é financiada por nenhuma instituição pública, portanto, para manter nossa estrutura física, digital, pagamento das despesas de diagramação, registro DOI, manutenção da revista e colaboradores, precisamos de uma contribuição de R\$ 575,00 por artigo a ser publicado, valor que pode ser pago por meio de cartão de crédito, pix, transferência ou depósito bancário.

Para eventuais dúvidas ou esclarecimentos deixamos à

Fonte: de autoria própria.

As figuras mostram que, ao mencionar publicações anteriores encontradas em pesquisas na internet, há um oferecimento insistente de um “cardápio” de revistas em que seria possível a publicação. Não há, portanto, qualquer preocupação em relação à pertinência temática do artigo e à área de pesquisa da revista.

Os e-mails apontam, inclusive, qual seria o tempo de processamento, notadamente mais rápido que o tradicional, para gerar ainda maior interesse naqueles que desejam publicar. O destaque aos valores enfatiza como as revistas predatórias são organizações que priorizam o lucro em detrimento da verificação rigorosa das informações divulgadas nos artigos (Grudniewicz *et al.*, 2019).

Diversos outros elementos podem ser identificados, como a grande quantidade de publicações em um mesmo volume (Guimarães; Hayashi, 2023). O excesso de artigos provoca confusão na linha de política editorial, tornando-a desconexa ao misturar áreas do conhecimento opostas ou sem qualquer transversalidade, como exemplificado na figura:

Figura 3. Áreas de publicação de uma revista

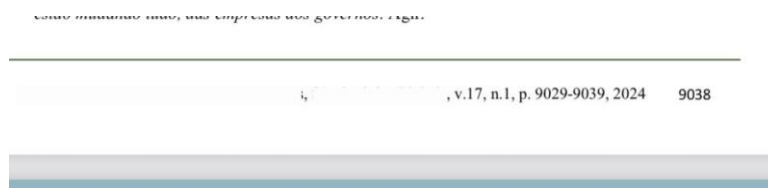
Qualis 2017-2020:

Quadriênio 2017-2020

Área

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
TURISMO
ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
BIODIVERSIDADE
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I
CIÊNCIAS AMBIENTAIS
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
DIREITO
ECONOMIA
EDUCAÇÃO
ENFERMAGEM
ENGENHARIAS I
ENSINO
GEOGRAFIA
HISTÓRIA
INTERDISCIPLINAR
LINGÜÍSTICA E LITERATURA
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
SAÚDE COLETIVA
SERVIÇO SOCIAL
SOCIOLOGIA

Como resultado da diversidade de conteúdo para aumentar as possibilidades de publicação e, conseqüentemente, amplificar os ganhos financeiros da revista, o número do volume torna-se extremamente elevado. Destaca-se um exemplo em que as páginas ultrapassam o número de 9.000 (nove mil):

Figura 4. Printscreen extraído de um volume em revista predatória

Fonte: de autoria própria.

Ademais, para além da ausência de transparência no fluxo editorial, do assédio em convite para publicação e do excesso de produções em um mesmo volume com temáticas desconexas, podem ser citadas outras características, que não necessariamente estão presente em todos os casos: ausência de revisão e edição, inexistência de políticas preocupadas com retratação ou correção e plágio, títulos enganosos, links inativos, entre outras (Guimarães; Hayashi, 2023).

Em um adendo relevante, a presença de um periódico em sistemas de avaliação não impede a caracterização enquanto revista potencialmente predatória. Como demonstrado na

Figura 1 e na Figura 2, a oferta de publicação em troca de pagamento ocorre mesmo em periódicos com Qualis CAPES - este sendo utilizado no Brasil como referência para classificar a qualidade desses locais de publicação. Há, inclusive, o PredaQualis que realizou levantamento de títulos potencialmente fraudulentos com nota nesse sistema (Prado; Kraenker; Coutinho, 2017).

Em suma, há uma predominância do interesse financeiro sobre a integridade da pesquisa científica. Essa prática viola os princípios delineados por diretrizes elaboradas por institutos nacionais e internacionais relacionados à pesquisa, que delineiam o que se espera de revistas científicas legítimas: honestidade e transparência na condução e apresentação de resultados, assim como confiabilidade na execução, comunicação e conclusões (Sousa *et al.*, 2016). Dessa forma, o comportamento “vale-tudo” que impulsiona os periódicos predatórios provoca reações acadêmicas que geram repercussões negativas para a reputação científica.

Diante desse cenário mercantilista acadêmico, em abril de 2024, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criou a Portaria CAPES nº 120/2024. Esta regra trata do pagamento de Taxas de Processamento de Artigo (APCs) para publicações de trabalhos científicos de acesso aberto, no âmbito do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) que visa apoiar a publicação de trabalhos científicos e tecnológicos, facilitando o acesso aberto a tais pesquisas (Brasil, 2024).

A portaria além de estabelecer as diretrizes para o pagamento das APCs, inclui princípios gerais da administração pública e princípios específicos de visibilidade, colaboração, transparência, igualdade de oportunidades, e qualidade e integridade da pesquisa. Além disso, define os objetivos do programa, que incluem promover o acesso à informação científica e tecnológica produzida no Brasil e garantir a perpetuidade desse acesso (Brasil, 2024).

Nesse cenário em que a Ciência e a área acadêmica enfrentam desafios éticos consideráveis e impactos adversos associados à disseminação de conteúdo acadêmico questionável, a Portaria CAPES nº 120/2024 desempenha um papel relevante ao contrapor o avanço de revistas predatórias.

A portaria estabelece critérios rigorosos e meticulosamente definidos para a seleção de periódicos e editoras elegíveis ao recebimento de financiamento para APCs que refletem um esforço para preservar a integridade e a qualidade do conhecimento científico divulgado,

mitigando assim as consequências negativas de práticas predatórias e inescrupulosas de periódicos e revistas.

Assim, conforme a Portaria CAPES nº 120/2024 (Brasil, 2024), os artigos financiados devem ser publicados em periódicos ou *proceedings* que atendam a requisitos como ter ISSN ou ISBN, possuir DOI, realizar revisão por pares, e preservar digitalmente seus conteúdos. Esses requisitos garantem que apenas publicações legítimas e de qualidade sejam elegíveis para o financiamento. Além de exigirem transparência e revisão por pares, infraestrutura adequada das editoras, indexação (Brasil, 2024) para a garantia do fomento à qualidade e credibilidade das revistas e editoras e, conseqüentemente, da pesquisa científica nacional.

Portanto, a Portaria CAPES nº 120/2024 representa um avanço significativo na direção de periódicos e editoras mais abertas, transparentes, democráticas e inclusivas, criando assim barreiras contra a influência crescente das revistas predatórias.

4. EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS DA PRÁTICA PREDATÓRIA PARA A CIÊNCIA E SOCIEDADE

Publicar um artigo é um ato acadêmico inerente na vida de qualquer pesquisador(a), sendo inclusive necessária para sua progressão e reconhecimento em sua área de atuação acadêmica. Além disso, a publicação de um trabalho científico desempenha um papel como ponte entre a comunidade científica e a sociedade, facilitando a disseminação do conhecimento gerado na academia. Portanto, manter o rigor científico e cuidado no processo de publicação, o que inclui a seleção do veículo adequado para a divulgação, torna-se uma das etapas para garantir a integridade e relevância da pesquisa. Esse cenário destaca a responsabilidade e o impacto que o autor(a) de um artigo deve considerar ao submeter seus estudos a um determinado periódico (Castro *et al.*, 2022).

A principal questão em torno das revistas predatórias diz respeito aos inúmeros impactos negativos provocados por essa prática na Ciência e sociedade. Em termos práticos, as revistas predatórias tiveram um papel significativo na propagação de informações não verificadas ou falsas acerca da eficácia da cloroquina e ivermectina como tratamento para a COVID-19. Este fenômeno explorou a urgência e o desespero por tratamentos eficazes,

comprometendo a ética na disseminação de informações científicas confiáveis e verificadas (Marques, 2020).

A utilização de estudos que “demonstram” a eficácia da ivermectina muitas vezes se aproveitaram da falta de conhecimento das pessoas leigas, que tendem a acreditar que todos os estudos, ditos científicos, publicados em periódicos são automaticamente confiáveis. Indivíduos sem familiaridade com pesquisa, publicações e artigos científicos receberam links em redes sociais que direcionavam para trabalhos contendo dados e resultados falsos sobre a eficácia da ivermectina no tratamento de infecções por Covid-19 (Caires, 2022).

Em outro caso de práticas questionáveis no âmbito editorial e de periódicos, Bradley Allf (2020) compartilhou uma experiência intrigante em que uma revista predatória o convidou a submeter um manuscrito que já havia sido publicado em outros meios. A revista, alegando realizar uma rigorosa revisão por pares, prometeu publicar o manuscrito. Em resposta, o pesquisador decidiu criar intencionalmente um artigo com conteúdo absurdo de sete páginas, inspirado na famosa série de TV “*Breaking Bad*”. Surpreendentemente, o manuscrito, que incluía personagens da série como coautores, foi aceito para publicação.

Allf (2020) sugere que poderia ter escrito qualquer conteúdo em seu manuscrito, por mais absurdo, falso ou irreal que fosse, e apresentá-lo ao mundo como ciência legítima. Ele destaca que a fachada refinada da revista predatória poderia ser utilizada como uma máscara para disseminar desinformação. Dessa forma, uma revista teoricamente científica publicaria informações falsas e absurdas, alcançando um nível de divulgação inimaginável.

Esses trabalhos, publicados em revistas de qualidade questionável, podem confundir o público e comprometer a confiança em pesquisa científica com o devido rigor científico. Tais situações elencadas demonstram a precarização do ramo científico, sendo considerada uma consequência direta das problemáticas causadas por revistas predatórias. Sendo assim, mediante revistas predatórias, pesquisadores conseguiram divulgar trabalhos antiéticos acerca de remédios e tratamentos não comprovados e verificados para difundir resultados falsos e/ou inconscientes.

A aceitação e publicação de trabalhos ditos científicos, porém não revisados, podem ter consequências graves para a sociedade e a comunidade científica. Primeiramente

compromete a integridade da Ciência e da pesquisa, havendo inclusive o risco de disseminação de informações imprecisas ou falsas. Com isso, quando o público percebe que trabalhos não revisados com rigor científico são divulgados, a confiança da sociedade na Ciência é comprometida, a credibilidade de toda a comunidade científica é questionada.

Por outro lado, recursos públicos valiosos e escassos, como bolsas, ajuda de custo e auxílio aos pesquisadores são utilizados para custeio da publicação em revistas predatórias em trabalhos não verificados, prejudica projetos legítimos e relevantes que poderiam ter mais visibilidade e são ofuscados por polêmicas.

Essas práticas cometidas pelas revistas predatórias expõem a vulnerabilidade do sistema de publicação e da sociedade científica, bem como destaca a necessidade de fortalecer os padrões éticos no campo científico, especialmente em tempos de crise de saúde pública. Essas revistas têm se beneficiado de um cenário propício e fértil para explorar as vulnerabilidades presentes no campo da Ciência. Isso ocorre tanto devido à pressão sobre os pesquisadores para publicarem, quanto à intenção de disseminar desinformação.

Em resposta aos desafios crescentes impostos pelas práticas de publicação predatória e suas repercussões prejudiciais no campo científico, o Projeto de Lei nº 330, de 21 de fevereiro de 2022, de autoria do então Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), surge como uma iniciativa legislativa para propor penalidades criminais para infrações éticas graves em pesquisa (Brasil, 2022), ou seja, criminalizar a má conduta científica, refletindo um esforço do Poder Legislativo para salvaguardar a integridade da pesquisa e restaurar a confiança pública na ciência, especialmente em contextos de crise de saúde pública.

O projeto de lei visa justamente penalizar essas práticas, sendo assim uma resposta legislativa aos riscos apresentados por tais publicações. A introdução dessa produção legislativa destaca a necessidade de fortalecer os padrões éticos e legais, protegendo tanto a comunidade científica quanto a sociedade contra as consequências da desinformação e da conduta antiética.

À medida que as revistas predatórias se beneficiam das pressões sobre pesquisadores para publicações rápidas, do cenário liberal e individualizador da pesquisa e da falta de conhecimento sobre o tema pela sociedade, deve ser questionado a que custo isso

ocorre em meio a ética científica. Seja de ordem estatal, como por legislação ou resoluções, em órgãos que regulam a pesquisa, ou até mesmo pela própria comunidade científica, mostra-se imperativo mecanismos para romper com a lógica de vale-tudo na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu de uma questão de pesquisa em que visa identificar os impactos provocados pela prática de publicação em revista predatória dentro do campo científico. A metodologia perpassou, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica e utilizou de análise documental e de dados, ilustrando como tem funcionado no contexto real a prática de predatória.

Assim, em um primeiro momento, foi analisado o padrão de comportamento na pesquisa científica, influenciado e orientado pelo conhecimento e pelo saber monopolizado, colonial e hegemônico. Visualizar essa pesquisa possibilita identificar a base que produz a individualização do pesquisador no contexto acadêmico, em um cenário liberal, e que culmina na ideia de meritocracia que funda a competição e legitima a prática predatória na área científica.

Posteriormente, foram explorados os elementos essenciais para identificar uma revista predatória, por meio de uma análise de documentos, como a cobrança de taxas abusivas, o assédio por e-mail, ausência de transparência no fluxo editorial e o alto número de publicações. Por fim, partiu-se para uma análise dos efeitos e consequências que podem ser gerados por meio de publicações de trabalhos com baixa qualidade pela ausência de integralidade científica.

Os impactos negativos gerados são imensuráveis para a sociedade e comunidade científica, como restou demonstrado durante a pandemia de COVID-19 quando da disseminação de informações, ou melhor, a desinformação propagada sobre tratamentos com o uso de cloroquina e ivermectina. Em revistas científicas predatórias, o foco principal não é a tramitação rigorosa e adequada, mas sim o recebimento de pagamentos, muitas vezes elevados, para a publicação.

Conclui-se que as práticas das revistas predatórias comprometem a integridade científica ao priorizar o lucro em detrimento da qualidade e rigor na pesquisa, prejudicando

a confiança da sociedade na ciência, ou seja, as consequências dessas práticas não se limitam apenas ao ambiente acadêmica influenciando desde decisões jurídicas até questões de saúde pública, como evidenciado durante a pandemia de COVID-19. A conjuntura trazida releva a necessidade de que a comunidade científica cultive e propague uma cultura de responsabilidade sob premissas éticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Denise Aparecida Freitas et. al. Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. *In: ABEC Meeting 2023*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2024.

ALLF, Bradley. Opinion: I Published a Fake Paper in a ‘Peer-Reviewed’ Journal. **Undark Magazine**. Cambridge, Massachusetts, EUA, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://undark.org/2020/11/26/fake-paper-predatory-journal/>. Acesso em 24 abr. 2024.

ALMEIDA, Camilla. Golpe científico: os perigos por trás das revistas predatórias. **Jornal da USP**. 2023. Disponível em: <https://2/jornal.usp.br/ciencias/golpe-cientifico-os-perigos-por-tras-das-revistas-predatorias/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BEALL, Jeffrey. Predatory publishing is just one of the consequences of golden open access. **Learned Publishing**, Watford, v.26, p.79-84, 2013.

BECKER, Howard. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOWMAN, John D. Predatory publishing, questionable peer review, and fraudulent conferences. **American journal of pharmaceutical education**, v. 78, n. 10, p. 176, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 120, de 26 de abril de 2024**. Dispõe sobre o pagamento de Taxas de Processamento de Artigo para publicações com acesso aberto no âmbito do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT). Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=14902#anchor>. Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 330, de 21 de fevereiro de 2022**. Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9073414&ts=1710309609713&disposition=inline>. Acesso em: 05 mai. 2024.

CAIRES, Luiza. Uso da ivermectina contra COVID escancarou danos causados por estudos e periódicos de baixa qualidade. **Jornal da USP**. São Paulo, 11 nov. 2022.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/uso-da-ivermectina-contracovid-escancarou-danos-causados-por-estudos-e-periodicos-de-baixa-qualidade/>. Acesso em 25 abr. 2024.

CARVALHO SEGUNDO, Washington Luis Ribeiro de et al. Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. In: **ABEC Meeting 2023**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2024.

CASTRO, Aryadna Pereira de et al. **Práticas predatórias na produção científica: cartilha**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 201

GUIMARÃES, José Augusto C.; HAYASHI, Maria Cristina PI. Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, p. e023003, 2023.

GRUDNIEWICZ, Agnes *et al.* Predatory journals: no definition, no defence. **Comment Nature**, [s. l.], v. 576, p. 210-212, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03759-y>. Acesso em: 24 abr. 2024.

JOB, Ivone et al. Publicar artigos em revistas brasileiras em ciência da informação: uma análise entre o tempo de submissão e aceitação dos manuscritos. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (18.: Belo Horizonte, MG). **Anais**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014., 2014.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, v. 20, p. 207-215, 2017.

MARQUES, Fabrício. A ameaça das revistas predatórias em meio à pandemia. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 295, set. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ameaca-das-revistas-predatorias-emmeio-a-pandemia/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PERLIN, Marcelo Scherer. Revistas predatórias ameaçam sistema acadêmico brasileiro, alertam pesquisadores. [Entrevista concedida a] Chirlei Kohls. **Universidade Federal do Paraná – UFPR**. Nov. 2018. Disponível em: <https://ufpr.br/revistas-predatorias-ameacam-sistema-academico-brasileiro-alertam-pesquisadores/#:~:text=Para%20o%20professor%20da%20Escola,que%20a%20gente%20precisa%20combater>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PESQUISA Fapesp. Imagens recicladas. 2024. **Revista Pesquisa Fapesp**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/imagens-recicladas/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PRADO, Paulo Inácio; KRAENKEL, Roberto André; COUTINHO, Renato Mendes. **Preda Qualis**. 2017. Disponível em: <https://predaqualis.netlify.app/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

QUIJANO, Anibal. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2019.

ROCHA, Arllan Douglas Santos; ÁVILA, Flávia de. Considerações acerca do método: uma análise do conceito de paradigma em Agamben e a possibilidade de seu uso através do método arqueológico paradigmático na pesquisa jurídica. *In*: BARRETO, Alana Maria Passos; NASCIMENTO, Silas da Silva Freire; PESSOA, Flávia Moreira Guimarães (Org.). **Reflexões necessárias e atuais sobre a pesquisa e ensino em direito**. Iguatu: Quipá Editora, 2023.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. **Pesquisa Jurídica Aplicada**. Florianópolis: Habitus Editora, 2023.

SOUSA, Rodolfo Neiva de *et al.* Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, v. 24, p. 459-468, 2016.

SUPIOT, Alain. **Homo Juridicus**. Lisboa: Editions Du Seil, 2005.

VAN DALEN, Hendrik P.; HENKENS, Kène. Intended and unintended consequences of a publish-or-perish culture: A worldwide survey. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 7, p. 1282-1293, 2012.